

Crescimento econômico é viável com setor privado

BRASÍLIA — A retomada do crescimento econômico só será viável se o setor privado assumir a dianteira dos investimentos de infra-estrutura, já que o Estado, atolado em uma dívida pública sem precedentes, sem perspectivas de receber novos recursos externos a curto prazo e com um déficit público que tem que ser administrado para conter a inflação, dificilmente terá condições de realizar novos investimentos. Esta é a avaliação do economista do Banco Central e membro do Conselho Regional de Economia de Brasília, Hélio César Bontempo, que acredita que, sem a retomada dos investimentos a economia brevemente entrará em colapso.

Em um estudo elaborado para a Revisão Conjunta do Conselho Nacional de Economia, Bontempo diagnosticou que os investimentos governamentais vêm se reduzindo ano a ano, com a situação se agravando ainda mais a partir de 1986. Entre 1979 e 1982, por exemplo, os desembolsos líquidos do Tesouro Nacional e do BC para operações de crédito direcionadas representavam 5,5% do PIB, sendo que, deste volume de recursos, 95,4% eram destinados à atividades de crédito para desenvolvimento da agro-indústria, exportação e infra-estrutura. No período de 86 a 87; no entanto, os mesmos desembolsos caíram para 4,5% do PIB, sendo que, deste total, 32% dos recursos foram utilizados pelo setor público, principalmente empresas estatais, para pagamento de juros da dívida externa.

Redução — Isto significa que houve uma redução significativa das operações de fomento ao setor agrícola, exportação e outros em favor do atendimento das dificuldades financeiras do setor público. O Banco Central, por exemplo, detém cerca de metade da dívida externa, cujo fluxo anual de remessa de juros para o exterior representa cerca de 120% da base monetária atual (dinheiro em circulação na economia e depositado no BC).

Para agravar este quadro, as contas nacionais demonstram que houve uma queda da receita tributária bruta que passou de 26,3% do PIB em 1.975 para 22% do PIB em 85. A pequena recuperação de receita ocorreu

em 1986 não foi suficiente para ampliar os investimentos do governo na área social e de infra-estrutura em função do aumento dos juros da dívida interna, que cresceram de 0,4% do PIB em 85 para 3,6% em 87.

Para Bontempo, o esforço do governo de fazer um ajuste fiscal é fundamental mas não será suficiente para retomar o crescimento. A ineficácia do aprofundamento dos cortes, segundo o economista, decorre da falta de limites para as taxas de juros flutuantes e para as despesas financeiras do setor público. Além disso, de acordo com o estudo, a maior parte do aumento da dívida externa não correspondeu a ingressos líquidos de recursos no país, mas ao financiamento dos aumentos das despesas com juros a partir de 1978. Bontempo avalia também que a radicalização das restrições fiscais e recessão não aumentam receitas nem promovem transferências fiscais no volume exigido para o desenvolvimento da economia.

Recuperação — Por isto, segundo o estudo, a recuperação da capacidade financeira do Estado poderia ocorrer pela redução da dívida externa do setor público, através da apropriação de parte do deságio, pela redução do pagamento dos juros e pela continuidade do esforço fiscal. A outra parte do deságio da dívida externa poderia constituir o incentivo para induzir o setor privado superavitário a realizar investimentos novos em infraestrutura, através da conversão da dívida. Assim o governo ficaria liberado para adotar uma política fiscal equilibrada.

Os recursos do setor privado capitalizado dirigem-se, atualmente, para os títulos públicos, para as atividades especulativas, ou para fora do país. De acordo com o estudo, a sugestão de retomada de crescimento que ganha corpo entre empresários é a de se limitar as opções de conversão de dívida orientando esta modalidade para conversão em investimentos de infraestrutura. A ideia é de que o setor privado compre a dívida externa do setor público com deságio máximo de 50% no exterior e troque os títulos da dívida, no BC, por debêntures conversíveis em empresas públicas ou por certificados de investimento de empreendimentos de infraestrutura, de acordo com o interesse dos empresários investidores.